

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de minicomputadores e monitores, conforme Termo de Referência – Anexo I.

Trata o expediente de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90035/2025, com abertura para o dia 20 de maio de 2025, às 9h.

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A impugnante insurge quanto aos termos do Edital em epígrafe, tendo em vista que o mesmo possui exigências que restringem o caráter competitivo do certame, pelas razões e motivos que a seguir passa a expor.

Inicialmente, a impugnante solicita que seja alterada a exigência contida no item 01 do Termo de Referência, quanto à necessidade de o fornecedor pertencer à categoria “PROMOTER”, exigida para o fórum internacional de computação - UEFI.

Continua explicando que as empresas membros do UEFI podem ser classificadas como PROMOTER, CONTRIBUTOR e ADOPTER. Esclarece que a classificação PROMOTER é composta exclusivamente pelos membros fundadores, sendo que, por este motivo, não é possível a admissão de novos membros dentro desta categoria. Portanto, por mais que uma nova empresa cumpra com todas as exigências do Fórum Internacional, por uma mera questão de convenção, não irá conseguir a classificação exigida no Edital. Analisando o site do UEFI, nota-se que para eventual afiliação ao Fórum sequer aparece a categoria PROMOTER, o que ratifica a impossibilidade de acesso à esta categoria.

A impugnante apresenta e-mail enviado para o fórum, em que demonstra a impossibilidade dela (ou qualquer outra empresa) ingressar na categoria PROMOTER, em virtude de decisão do Conselho da UEFI em não permitir a ampliação dessa lista.

A impugnante afirma que a marca que gostaria de ofertar é membro do UEFI como CONTRIBUTOR, em cuja categoria encontram-se diversos outros fabricantes de renome internacional, altamente qualificados tanto tecnicamente como comercialmente, sendo incontestável, portanto, que se trata de uma determinação restritiva exigir que o fabricante do equipamento seja membro na categoria PROMOTER.

Segue dizendo que a marca, em conjunto com as outras 12 (doze) empresas da categoria PROMOTER, bem como as demais empresas da categoria CONTRIBUTOR, está apta a participar dos grupos de desenvolvimento/atualização dos padrões UEFI e, além disso, possui acesso integral ao acervo e aos padrões técnicos já existentes, bem como às atualizações e publicações dos novos padrões. Ou seja, não há nenhuma limitação técnica para a utilização, customização ou participação nos desenvolvimentos oferecidos pelo Fórum Internacional.

A título exemplificativo, a marca, na qualidade de CONTRIBUTOR, produz todos os seus equipamentos dentro dos padrões UEFI nas versões mais recentes disponíveis, tendo acesso ao mesmo tempo que as demais empresas integrantes da categoria PROMOTER, sem nenhuma distinção/restrrição.

Continua dizendo que o fato de uma empresa estar cadastrada na categoria PROMOTER ou CONTRIBUTOR não representa um critério de seleção/certificação de competência, ou qualificação técnica para que determinada empresa possa (ou não) ingressar na categoria PROMOTER. Logo, tal exigência é deveras restritiva, pois que ausente de motivação técnica e jurídica.

A impugnante afirma que a exigência edilícia é flagrantemente desarrazoada, restritiva e macula irrecuperavelmente o Instrumento Convocatório, pois atenta à diversas disposições legais, especialmente ao art. 37 da Constituição da República. Trata-se, de fato e de Direito, de uma limitação intransponível para qualquer outra empresa além das 12 (doze) fundadoras, que, por fim, no segmento de hardware se reduzem para apenas 04 (quatro) - HP Inc, DELL, LENOVO e APPLE.

Por fim, apresenta situações semelhantes, em que os Editais previam exigência idêntica ao que se pede no Pregão 90035/2025, e que, após análise dos pedidos de impugnação para alteração do Edital, houve mudança no que se havia previsto inicialmente no Certame.

Pelo exposto, a IMPUGNANTE requer a exclusão da solicitação da categoria "PROMOTERS" para BIOS UEFI e a aceitação de outras categorias equivalentes, como, por "CONTRIBUTORS" e "ADOPTERS", visto que comprovam perfeito atendimento às normas e legislações referentes à Sustentabilidade de Responsabilidade Social, ampliando assim concorrência e possibilitando a participação de fabricantes nativamente nacionais.

REQUER:

Em face ao exposto, confia e espera, pois, seja a presente IMPUGNAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA, que o certame seja suspenso e alterada todas as exigências restritivas de participação; pois, evidentemente cumprirá assim as normativas legais vigentes no país, bem como aumentará consideravelmente a quantidade de licitantes e tornará o certame muito mais

competitivo e econômico, trazendo, consequentemente, benefícios para este órgão e evitará possíveis prejuízos ao erário público.

DA ANÁLISE POR PARTE DO PREGOEIRO /ÁREA REQUISITANTE

A impugnação foi apresentada tempestivamente, em observância aos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e ao regramento contido no ato convocatório.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Edital do Pregão Eletrônico n.º 90035/2025 foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do SAMAE, nos termos da legislação atinente à matéria.

Cumpre-se designar que a análise e a manifestação serão efetuadas considerando a vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da isonomia, posto que o Edital é o princípio básico de toda licitação.

Recebemos a presente impugnação, eis que enviada tempestivamente, e a área requisitante assim se manifestou sobre os apontamentos:

A exigência de que os fabricantes dos equipamentos a serem adquiridos sejam membros da categoria **"Promoter"** do consórcio **UEFI** e do **Trusted Computing Group (TCG)** está devidamente justificada pelo interesse legítimo e estratégico da Administração em garantir a segurança, a durabilidade e a capacidade de atualização tecnológica dos equipamentos ao longo de seu ciclo de vida útil, especialmente considerando que o prazo de garantia contratual será de **36 (trinta e seis) meses** e a previsão de utilização dos equipamentos é de **cerca de 10 (dez) anos**, de acordo com histórico da autarquia com este tipo de equipamento.

Conforme amplamente reconhecido na área de tecnologia da informação, as ameaças cibernéticas têm evoluído significativamente e já atingem camadas inferiores ao sistema operacional, como o próprio BIOS/firmware dos dispositivos. Diante disso, **não é suficiente adotar apenas soluções de antivírus e software**: é fundamental garantir que a arquitetura de hardware e firmware seja segura desde sua concepção.

Nesse contexto, o padrão **UEFI (Unified Extensible Firmware Interface)** tornou-se uma referência mundial por promover inicialização segura (Secure Boot), comunicação eficiente entre firmware e sistema operacional e recursos avançados de integridade de carga de inicialização. Contudo, **não basta que o equipamento seja meramente compatível com o padrão UEFI** – é necessário que haja uma garantia de aderência plena e contínua aos requisitos técnicos, atualizações e melhorias de segurança promovidos pelo fórum UEFI, especialmente ao longo dos próximos dez anos.

É por esse motivo que se exige que o fabricante seja membro da categoria "Promoter" do UEFI, pois:

- Os membros "Promoters" são os fundadores e líderes estratégicos do consórcio UEFI, com participação no conselho diretor e com direito à definição das diretrizes técnicas e evolutivas do padrão.
- Apenas esses membros possuem garantia de acesso pleno e contínuo às especificações, inclusive futuras, bem como capacidade de influenciar e acompanhar seu desenvolvimento em tempo real.
- Por outro lado, a categoria "Contributor" não confere os mesmos direitos. Além de ser uma adesão anual e temporária, o contrato de filiação do UEFI prevê a revogação de licenças e perda de direitos caso a empresa deixe de ser "Contributor", o que traz incerteza quanto ao suporte e às atualizações futuras do BIOS.

Essa exigência está, portanto, diretamente alinhada ao interesse da Administração em adquirir equipamentos que mantenham sua segurança, integridade e atualizações durante todo o seu ciclo de uso, sem depender de compromissos frágeis ou temporários dos fornecedores.

Reforçamos que essa mesma exigência foi recentemente objeto de pedido de impugnação perante o Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do Pregão Eletrônico nº 97/2023, sendo mantida pela Corte após análise técnica e jurídica, exatamente com base nos mesmos fundamentos aqui expostos:

16/11/2023 17:40

SEI/STF - 2379003 - Deliberação



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Esplanada dos Ministérios - CEP 70175-900 - Brasília - DF - www.stf.jus.br
Praça dos Três Poderes

DELIBERAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2023

(Processo Administrativo Eletrônico SEI n. 003693/2022)

1. Trata-se de IMPUGNAÇÃO encaminhada via mensagem eletrônica, no uso do direito previsto na legislação vigente e nos termos do Edital, por POSITIVO TECNOLOGIA S.A potencial interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 97/2023 - Registro de preços para aquisição de microcomputadores e monitores.
2. O pedido preenche os requisitos legais, apresentado por meio eletrônico e tempestivamente.
3. Segue a manifestação da área demandante-STI:

"Em atenção ao Despacho 2376251 que apresenta pedido de impugnação da empresa Positivo Informática S/A (2376250), segue resposta desta Coordenadoria/Gerência - CGTI/INMIC:

2. Primeiramente é importante reforçar que é um dever de todo agente público prezar pela eficiência dos recursos investidos. A presente licitação tem como objetivo atender à demanda pela modernização do parque de computadores e monitores de toda a área fim do STF, Presidência, Gabinetes de Ministros, Secretaria Geral da Presidência e suas Unidades subordinadas. Neste contexto, as especificações técnicas elaboradas buscam a contratação do fornecimento de equipamentos robustos, duráveis e principalmente seguros, uma vez que as atividades-fim do STF envolvem pautas sensíveis e, em muitos casos, de abrangência nacional.

3. É de conhecimento geral que as ameaças cibernéticas estão cada vez mais sofisticadas, chegando ao nível de exploração de vulnerabilidades em camadas inferiores ao sistema operacional, afetando diretamente o próprio BIOS do equipamento. Neste caso, a utilização apenas de soluções de antivírus se torna inefetiva, posto que o próprio sistema operacional passa a ser executado sob uma plataforma que foi comprometida. Eventos de segurança dessa natureza são significativamente complexos de se identificar e mitigar. Desta forma, é extremamente relevante que os equipamentos a serem adquiridos sejam projetados de acordo com padrões seguros, implementando camadas de proteção da integridade e funcionalidades do BIOS.

4. Buscando estabelecer padrões de especificações para que a comunicação entre firmware e software ocorra de forma otimizada, foi criado o padrão UEFI (Unified Extensible Firmware Interface), o qual busca promover a implementação de sistemas seguros, de boot rápido e com alta performance. O UEFI inclui recursos de segurança aprimorados, como a capacidade de verificar a integridade do firmware e das cargas de inicialização. Isso é fundamental para proteger sistemas críticos de ataques cibernéticos, uma preocupação significativa na administração pública.

https://sei.stf.jus.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2485305&infra_sistema=1... 1/3

16/11/2023 17:40

SEI/STF - 2376003 - Deliberação

5. O item "4.1.15.6." das especificações dos computadores exige que "O equipamento deve possuir compatibilidade com a especificação UEFI 2.1 ou superior. A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através de declaração do fabricante e confirmação da presença do fabricante na categoria Promoters do site <http://www.uefi.org/members>."

6. Os fabricantes da categoria PROMOTERS são aqueles que fizeram parte da fundação da UEFI e que fazem parte do Conselho Diretor, que possuem um envolvimento mais significativo e têm uma influência considerável sobre as direções estratégicas e os objetivos do UEFI. Eles possuem todos os direitos dos membros PROMOTERS, mas também têm a oportunidade de liderar e influenciar as iniciativas estratégicas do fórum.

7. Conforme pode ser verificado no site UEFI, <https://uefi.org/join>, para se tornar um membro da categoria CONTRIBUTOR a empresa precisa pagar US\$ 3.300,00 anuais, e possui os seguintes benefícios:

"Oportunidade de participar de Grupos de Trabalho da UEFI mediante convite.

Participação em listas de discussão por e-mail relacionadas às atividades do Fórum UEFI.

Pré-visualização de revisões preliminares da especificação UEFI."

8. Conforme pode-se constatar, a associação à categoria CONTRIBUTOR é temporária, deve ser renovada anualmente e não dá os mesmos benefícios e direitos da categoria PROMOTER.

9. No documento "CONTRIBUTORS AGREEMENT", ou seja, no contrato de filiação dos membros da categoria CONTRIBUTOR, que pode ser consultado em https://uefi.org/sites/default/files/resources/UEFI_Contributors_Agreement_051711.pdf, estão descritos alguns dos efeitos sobre os direitos de adoção dos novos padrões UEFI caso um membro CONTRIBUTOR deixe de ser filiado:

"3.2. Efeito da Retirada.

(a) Efeito da Retirada Antes da Adoção de uma Especificação Publicada.

A retirada de um Contribuinte a qualquer momento antes da adoção de uma Especificação Publicada terá o seguinte efeito:

i) Quaisquer licenças (ou compromissos de licenças) anteriormente concedidas (ou prometidas) a esse Contribuinte que está se retirando em relação a qualquer Especificação Publicada ou Conjunto de Testes aprovado, nos termos dos Estatutos, deste Acordo e de quaisquer Acordos de Promotores e Adotantes, serão revogadas ou anuladas em relação ao Contribuinte que está se retirando. Além disso, o Contribuinte que está se retirando não terá direito a receber novas licenças (às quais, de outra forma, teria direito como Contribuinte) após sua retirada, e quaisquer direitos de propriedade autoral concedidos a esse Contribuinte que está se retirando sob este Acordo serão perdidos."

...

"(b) Efeito da Retirada Após a Adoção de uma Especificação Publicada.

A retirada de um Contribuinte a qualquer momento após a adoção de uma Especificação Publicada terá o seguinte efeito:

i) Quaisquer licenças (ou compromissos de licenças) anteriormente concedidas (ou prometidas) a esse Contribuinte que está se retirando em relação a uma Especificação Publicada ou um Conjunto de Testes, nos termos dos Estatutos, deste Acordo e de quaisquer Acordos de Promotores e Adotantes, permanecerão em vigor em relação ao Contribuinte que está se retirando. No entanto, o Contribuinte que está se retirando não terá direito a receber novas licenças (às quais, de outra forma, teria direito como Contribuinte) após sua retirada, e quaisquer direitos de propriedade autoral concedidos a esse Contribuinte que está se retirando sob este Acordo serão perdidos em favor dos Promotores.”

10. Como pode ser observado no site e nos documentos do UEFI, o membro CONTRIBUTOR não possui os mesmos direitos dos membros PROMOTERS no que diz respeito aos direitos de adoção dos padrões e até mesmo na participação dos grupos de trabalho de desenvolvimento de novos padrões.

11. Ainda, a presente licitação tem por objetivo a aquisição de equipamentos com 60 (sessenta) meses de garantia, ou seja, são equipamentos que serão utilizados por, no mínimo, 05 (cinco) anos, tempo suficiente para que tecnologias de segurança sejam superadas por vulnerabilidades cibernéticas, o que reforça a necessidade de garantir que tais equipamentos possam receber atualizações relativas ao BIOS durante todo esse ciclo de vida, o que não pode ser garantido por equipamentos fabricados por membros que não sejam da categoria PROMOTERS do UEFI.

https://sei.stf.jus.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2485305&infra_sistema=1... 2/3

16/11/2023 17:40

SEI/STF - 2379003 - Deliberação

12. Por fim, a alegação da IMPUGNANTE de que as “exigências técnicas apontadas que restringem injustificadamente a competitividade,” não se sustenta, visto que todas as as empresas nacionais representantes dos fabricantes de equipamentos que estão na categoria PROMOTER do UEFI podem participar desta licitação ofertando computadores que atendam às especificações técnicas do edital, ou seja, dezenas, senão centenas de empresas nacionais.

13. Diante do exposto, manifestamo-nos contrários ao pedido de impugnação.”

4. Assim, com base na manifestação técnica, a sessão do Pregão Eletrônico n. 97/2023 está mantida para o dia 17/11/2023 às 10h, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, considerando que o Edital foi cancelado pela Assessoria Jurídica e o certame autorizado pelo Senhor Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal.

Importante destacar que a exigência **não reduz a competitividade**, visto que **há diversos fabricantes aptos a atender a esse critério**, e a exigência é aplicável a qualquer licitante que os represente, direta ou indiretamente. Dessa forma, a restrição é **técnica, proporcional, justificada e voltada à proteção do interesse público**, e em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

Por todo o exposto, salvo melhor juízo, entendemos que o edital deve permanecer sem alterações.

DA DECISÃO

Considerando os argumentos apresentados, ponderando as razões da impugnante, o Pregoeiro, considerando também a manifestação da área Requisitante, manifesta-se no sentido de dar

conhecimento à impugnação, em vista da presença de regularidade formal e, no mérito, negar-lhe provimento, conforme fundamentação apresentada.

À consideração superior, para que revise e, a seu critério, mantenha ou mude a decisão.

Caxias do Sul, 15 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente



VIVALDO SILVEIRA DE CAMARGO JÚNIOR

Data: 15/05/2025 16:39:00-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Vivaldo Silveira de Camargo Júnior,
Pregoeiro.

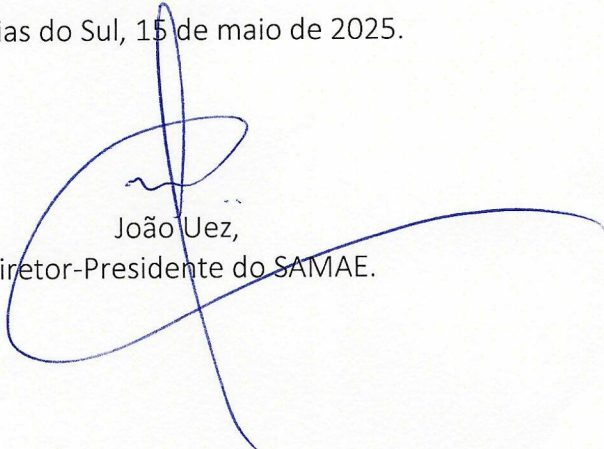
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2025004004

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de minicomputadores e monitores, conforme Termo de Referência – Anexo I.

Concordo com os termos constantes dos autos, referente ao julgamento da Impugnação. **RATIFIQUE-SE** a decisão do Pregoeiro.

Caxias do Sul, 15 de maio de 2025.



João Uez,
Diretor-Presidente do SAMA E.